



Processo:

Nº 2019 1000430

## Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia

Data Abertura : 12/03/2019

Proc.: LIC 2019/000430

Interessado: RO-000599/K

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE RO

CRC'S

Assunto : LICITAÇÃO/CARTA CONVITE/TOMADA DE PREÇO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de impressão, instalação e exibição de Outdoor, referente a 'Campanha o Conselho mais perto de você', visando atender a demanda do CRCRO.

Observações:

**FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO – SERVIÇO**

**ORGÃO:** Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia - CRCRO

**Setor Requisitante (Unidade/Setor):** Diretoria Executiva

**Matrícula:** 27

**E-mail:** [direx@crcro.org.br](mailto:direx@crcro.org.br)

**Telefone para contato:** 3229-8870

**1. Objeto e justificativa da necessidade da contratação de serviço terceirizado, considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso.**

**1.1. Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressão, instalação e exibição em outdoor referente a “Campanha o Conselho mais perto de você”, visando atender a demanda do Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia - CRCRO.

**1.2. Justificativa:** Visando aperfeiçoar sua atuação em prol dos Contadores, do Estado e da sociedade em geral, potencializando sua visibilidade, estabelecendo em seu mapa estratégico o fortalecimento da imagem institucional. A necessidade da contratação dos serviços evidencia-se pela inexistência, neste Conselho, de corpo técnico especializado na criação dos itens específicos descritos no item 2, desta solicitação. Desta forma, conforme dispõe o art. 1º do Decreto nº 9.507, de 21/09/2018, sendo a contratação proposta atividade material acessória instrumental e complementar às atividades de competência legal do órgão, tal serviço poderá ser objeto de execução indireta. O serviço a ser contratado é considerado como não continuado, pois se trata de produto específico a ser obtido em um período pré-determinado, sem a necessidade de se estender continuamente por mais de um exercício financeiro, conforme Anexo I da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017. Assim, com base no dimensionamento da quantidade de serviço e tendo em vista a complexidade e especialidade exigida para realização dos trabalhos, concebeu-se a necessidade de contratação de empresa especializada para a prestação do referido serviço.

**2. Quantidade de serviço a ser contratada.**

Item	Especificação dos serviços	Unidade	Quantidade
1	Outdoors, modelo padrão 3.0 X 9.0m, colorido, com logomarca do CRCRO, sendo distribuídos 01 unidade em Vilhena, 01 unidade em Pimenta Bueno, 02 unidades em Cacoal, 01 unidade em Presidente Médici, 02 unidades em Ji-Paraná, 01 unidade em Jaru, 01 unidade em Ariquemes, 01 unidade em Guajará-Mirim, 01 unidade em São Miguel do Guaporé e 04 em Porto Velho.	Unidades	15
2	Busdoor, tamanho do adesivo 2,15 x 0,80, colorido, circulação em Porto Velho.	Unidade	10



**3. Previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços.**

**3.1.** O prazo para início do serviço será no mês de abril de 2019.

**4. Indicação do membro da equipe de planejamento e se necessário o responsável pela fiscalização.**

Nome: Josicarla Dantas dos Santos

Setor: Fiscalização

Nome: Rubis Ferreira da Silva Junior

Setor: Administração

Nome: Ariane Kênia Félix Quintela

Setor: Licitações e Compras

Porto Velho, 21 de fevereiro de 2019.

  
**CT Maria Roneide Lopes do Nascimento Miranda**  
Diretora Executiva

  
**CT Joelso Tavares de Andrade**  
Presidente



## PROJETO BÁSICO

O presente Projeto Básico foi elaborado em observância aos preceitos de Direito Administrativo, Lei nº 8.666/1993 e suas alterações. Além dessa legislação específica, aplicam-se quaisquer outras complementares vigentes e pertinentes à matéria, bem como as regras e condições estabelecidas neste, que tem por objeto definir o conjunto de elementos que nortearão o procedimento definido a seguir.

### 1. IDENTIFICAÇÃO

**Unidade Orçamentária:** Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia – CRC/RO

**Endereço:** Avenida Presidente Dutra, 2374 – Centro – CEP: 76.801-034 – Porto Velho.

**CNPJ:** 63.761.001/0001-79.

### 2. DO OBJETO

2.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de impressão, instalação e exibição em Outdoor referente a “Campanha o Conselho mais perto de você”, visando atender a demanda do Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia - CRCRO.

### 3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. A necessidade da contratação se evidencia na busca de aperfeiçoamento em prol dos Contadores, do Estado e da sociedade em geral, potencializando sua visibilidade, estabelecendo em seu mapa estratégicos o fortalecimento da imagem institucional. A necessidade da contratação dos serviços evidencia-se pela inexistência, neste Conselho, de corpo técnico especializado na criação dos itens específicos descritos no item 2, desta solicitação. Desta forma, conforme dispõe o art. 1º do Decreto nº 9.507, de 21/09/2018, sendo a contratação proposta atividade material acessória instrumental e complementar as atividades de competência legal do órgão, tal serviço poderá ser objeto de execução indireta. Serviço poderá ser objeto de execução indireta. O serviço a ser contratado é considerado como não continuado, pois se trata de produto específico a ser obtido em um período pré-determinado, sem a necessidade de se estender continuamente por mais de um exercício financeiro, de acordo com Anexo I da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017. Assim, com base no dimensionamento da quantidade de serviço e tendo em vista a complexidade e especialização de empresa especializada para a prestação do referido serviço.

### 4. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. A contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços objeto do presente Projeto Básico encontra amparo legal nos seguintes dispositivos e suas atualizações:

4.1.1. Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

4.1.2. Instrução Normativa /MPOG nº 05, de 26 de maio de 2017, e suas alterações;

4.1.3. Demais legislações correlatas.

### 5. DO ENQUADRAMENTO

5.1. O art. 24, II, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, dispõe que é dispensável a licitação quando o valor para contratação de serviços for de até 10% (dez por cento) do valor estipulado no art. 23, II, “a”, R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais). No caso em questão verifica-



se a Dispensa de Licitação com base jurídica no inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, foi atualizada pelo decreto nº 9.412 de 18 de junho de 2018.

“Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a” do inciso II do artigo anterior\*\*, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;”

\*\*“Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites\*, tendo em vista o valor estimado da contratação:

(...)

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

a) convite – até R\$ 176.000,00\*\* (cento e setenta e seis mil reais);”

5.1.1. O menor valor obtido junto ao mercado para a prestação dos serviços de impressão, instalação e exibição em Outdoor foi de R\$ 9.000,00 (nove mil reais). Destaca-se que este valor é inferior ao limite determinado para dispensa de licitação, referente à contratação de serviços, e que um processo licitatório seria muito mais oneroso para a Administração.

5.1.2. Nas palavras do doutor Marçal Justen Filho (2004, p. 236),

“A pequena relevância econômica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção legislativa entre concorrência, tomada de preços e convite se filia não só à dimensão econômica do contrato. A lei determinou que as formalidades prévias deverão ser proporcionais às peculiaridades do interesse e da necessidade pública. Por isso, tanto mais simples serão as formalidades e mais rápido o procedimento licitatório, quanto menor for o valor a ser despendido pela Administração Pública.”

5.1.3. A lei autoriza a contratação direta quando o valor envolvido for de pequena relevância econômica para se iniciar um processo licitatório.

5.1.4. Assim, atendido o disposto no art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993, propõe-se a realização da contratação mediante dispensa de licitação.

5.1.5. Ademais, observa-se que a prestação dos serviços de impressão, instalação e exibição em Outdoor se enquadra como serviço não continuado.

5.1.6. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## 6.DO VALOR

6.1.O valor para a contratação pretendida é de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) tendo como base o menor valor obtido na pesquisa de mercado realizada, conforme Estudo Técnico Preliminar.

## 7.DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner.



7.1.O serviço compreende a impressão, instalação e exibição de Outdoor, nos municípios de Rondônia abaixo relacionados conforme o item 7.4.

7.2.A empresa contratada terá o prazo máximo de **05 (cinco) dias corridos**, a contar do recebimento da Ordem de Serviço para impressão, instalação e exibição em perfeito estado com boa qualidade e visibilidade.

7.3.Todos os custos com impostos, taxas, tarifas, além de outros que incidam no serviço do objeto deste Projeto Básico serão de responsabilidade da empresa contratada.

7.4.O serviço acontecerá nas seguintes localidades:

Item	Especificação do serviço	Quant.
1	Outdoor, modelo 3.0 x 9.0m, colorido, com logomarca do CRCRO na localidade VILHENA.	01
1	Outdoor, modelo 3.0 x 9.0m, colorido, com logomarca do CRCRO na localidade PIMENTA BUENO.	01
1	Outdoor, modelo 3.0 x 9.0m, colorido, com logomarca do CRCRO na localidade CACOAL.	02
1	Outdoor, modelo 3.0 x 9.0m, colorido, com logomarca do CRCRO na localidade PRESIDENTE MÉDICI.	01
1	Outdoor, modelo 3.0 x 9.0m, colorido, com logomarca do CRCRO na localidade JI-PARANÁ.	02
1	Outdoor, modelo 3.0 x 9.0m, colorido, com logomarca do CRCRO na localidade JARU.	01
1	Outdoor, modelo 3.0 x 9.0m, colorido, com logomarca do CRCRO na localidade ARIQUEMES.	01
1	Outdoor, modelo 3.0 x 9.0m, colorido, com logomarca do CRCRO na localidade GUAJARÁ-MIRIM.	01
1	Outdoor, modelo 3.0 x 9.0m, colorido, com logomarca do CRCRO na localidade SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ.	01
1	Outdoor, modelo 3.0 x 9.0m, colorido, com logomarca do CRCRO na localidade PORTO VELHO	04

## 8.DAS CONDIÇÕES DO SERVIÇO

8.1.O serviço de outdoor simples respeitadas as condições estabelecidas neste Projeto Básico. A impressão da mídia é feita por impressoras especiais que dividem a imagem do outdoor em 16 folhas (impressão digital). O formato para finalização será área total: 9 x3m, área visual: 8,90 x 2,90m.

8.2.Providenciar e obter todo e qualquer tipo de licença junto aos órgãos fiscalizadores (guias e demais documentos necessários), para a perfeita execução dos serviços.

## 9.METODOLOGIA DE EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1 Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros a seguir:

- A Contratada deverá instalar os outdoors em local de fácil acesso e visibilidade;
- O quantitativo de funcionários necessários para efetuar a impressão, instalação e exibição do outdoor;
- Materiais necessários para execução do serviço;



- d) A comprovação do serviço deverá ser fotografada, identificada, impressa e entregue na sede do Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia para Comissão de Recebimento.

## 10. DA VIGÊNCIA

10.1. O presente serviço deverá ficar exposto pelo período de 15 (quinze) dias, a contar da data de instalação do outdoor.

## 11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Requisitar a execução dos serviços, exclusivamente por meio escrito, através de Ordem de Serviço.

11.2 Requerer o serviço de impressão, instalação e exibição de Outdoor, com a antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, em dias úteis, ou seja, segunda-feira a sexta-feira.

11.3 Prestar todas as informações essenciais para a perfeita execução dos serviços, através da Comissão de Recebimentos, tais como: endereços de origem e destino e quaisquer outras que se fizerem necessárias.

11.4 Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar os serviços e cumprir suas obrigações dentro das normas da licitação.

11.5 Receber e conferir, verificar a regularidade dos encargos sociais a cada prestação do serviço, efetuando o pagamento devido no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas.

11.6 Exigir o cumprimento integral das obrigações firmadas pela CONTRATADA, comunicando por escrito, sobre eventuais irregularidades na execução dos serviços e, fixando prazo para correções e adoção das providências cabíveis.

11.7 Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis.

## 12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 Prestar os serviços de impressão, instalação e exibição de Outdoor, responsabilizando-se por ele.

12.2 Fornecer material adequado e de qualidade na prestação do serviço, visando garantir a boa visibilidade.

12.2.1 Cumprir fielmente as especificações e condições da execução do serviço conforme este Projeto Básico.

12.3 Entregar os serviços no tempo estipulado, nos locais indicados pela CONTRATANTE, inclusive fora do horário normal de expediente, sob sua inteira responsabilidade e sem ônus adicionais.

12.4 Acatar todas as orientações do CRCRO, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e se obrigando prontamente a atender as reclamações apresentadas.

12.5. Manter durante o período da prestação do serviço celebrado compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, rerepresentando os documentos solicitados, quando for o caso, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da solicitação.

12.6 Comunicar por escrito ao CRCRO qualquer motivo que impossibilite a execução do serviço nas condições pactuadas.

12.7. Responsabilizar-se pela solução dos problemas que, porventura, venham a surgir durante a execução do serviço.

Handwritten signatures and initials in blue ink.



12.8. Obter todo e qualquer tipo de licença junto aos órgãos fiscalizadores, (guias e demais documentos necessários), para a perfeita execução do serviço, observando que as despesas referentes aos serviços serão de sua responsabilidade.

12.9. Assumir, objetivamente, inteira responsabilidade civil, penal e administrativa por qualquer dano prejuízo, pessoal ou material, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou ao CRCRO causados, voluntária ou involuntariamente, por seus prepostos ou de quem em seu nome agir durante e/ou em consequência da execução do serviço contratado.

12.10. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que durante a execução dos serviços venha a causar aos locais de origem e destino, assumindo o ônus e a execução dos respectivos reparos ou substituições, recompondo os locais eventualmente afetados com materiais similares, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da notificação, sempre observando o bom nível de acabamento dos serviços.

12.11. Manter os seus profissionais, quando em serviço, devidamente uniformizados e identificados mediante o uso de crachás, bem como fornecer e exigir o uso de equipamento e material de proteção individual e coletivo adequados a todos os envolvidos na execução dos serviços.

12.12. Assumir a responsabilidade pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais.

12.13. A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da contratação.

### **13. DA SUBCONTRATAÇÃO**

13.1. Será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### **14. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, a Comissão de Recebimentos irá acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

### **15. DO PAGAMENTO**

15.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **15 (quinze)** dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

15.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

15.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta





hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

15.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Projeto Básico.

15.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

15.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

15.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

15.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX) \times \left( \frac{6}{100} \right)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

4  
0.  
-  
D  
Ami



## 16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93, a Contratada que:

- 16.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 16.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 16.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 16.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 16.1.5. cometer fraude fiscal;

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

16.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

16.2.2. multa moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5 (cinco) dias;

16.2.3. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

16.2.4. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

16.2.5. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

16.2.5.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Projeto Básico.

16.2.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. As sanções previstas nos subitens 16.2.1, 16.2.3, 16.2.4 e 16.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

16.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1 As despesas decorrentes desta contratação serão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento Geral do Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia para





o exercício de 2019 e alocados em recursos próprios no orçamento nas classificações referentes ao Plano de Trabalho 6.3.1.3.02.01.018 (serviço de divulgação institucionais) Projeto 2006.


## 18. CONDIÇÕES GERAIS

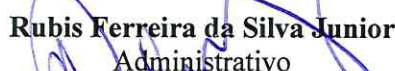
18.1. Ocorrendo fato novo decorrente de força maior ou caso fortuito, nos termos previstos na legislação vigente, que obste o cumprimento pela CONTRATADA dos prazos e demais obrigações estatuídas neste instrumento, ficara a mesma isenta das multas e penalidades pertinentes.

18.2. As omissões dúvidas e casos não previstos neste instrumento serão resolvidos e decididos aplicando as regras contratuais e a Lei 8.666/93 e suas alterações, e/ou subsidiariamente no disposto acima, caso persista a pendência.

Porto Velho-RO, 08 de março de 2019.

### Elaborado por:

  
**Josicarla Dantas dos Santos**  
Fiscalização  
Equipe de Planejamento

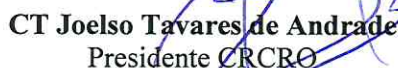
  
**Rubis Ferreira da Silva Junior**  
Administrativo  
Equipe de Planejamento

  
**Ariane Kênia Felix Quintela**  
Licitações e Compras  
Equipe de Planejamento

### Revisado por:

  
**CT Maria Roneide Lopes do Nascimento Miranda**  
Diretora Executiva

### Aprovado nos termos da Lei 8.666/93:

  
**CT Joelso Tavares de Andrade**  
Presidente CRCRO

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RONDONIA  
Sistema de Controle Orçamentário  
NOTA DE EMPENHO



Data : 09.04.  
Hora :

Nº Empenho	Data do Empenho	Tipo do Empenho	Processo	Nº. Reserva	Exercício
236	09.04.2019	ORDINARIO		190	2019
Conta de Despesa	Descrição da Conta	Projeto	SubProjeto		
6.3.1.3.02.01.018	SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	2006 - CAMPANHAS INSTITUCIONAIS	-		
Número do Evento	Descrição do Evento				
1143	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL				
Dados da Modalidade ( Fundamentação Legal )					
Modalidade	Complemento	Número	Núm. Controle		
Dispensa	PROCESSO	2019/000430	39		
Favorecido					
Nome : ENVOLVENTE COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME		CNPJ / CPF : 19.239.753/0001-82			
Endereço : RUA CARLOS GUDE 532		Bairro : JARDIM ELDORADO			
CEP : 76966204	Cidade : CACOAL	UF : RO			
Banco : SICOOB	Agência : 3271-9	Conta : 27573-5			
Histórico do Empenho		Qtde Parcelas	Valor Unitário	Valor Total Empenho	
DESPESA COM CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPRESSÃO, INSTALAÇÃO E EXIBIÇÃO DE OUTDOOR, REFERENTE A 'CAMPANHA O CONSELHO MAIS PERTO DE VOCÊ', VISANDO ATENDER A DEMANDA DO CRCRO.		1	9.000,00	9.000,00	
Valor por Extenso					
Nove Mil Reais					
Dotação Orçamentária	Empenhos Acumulados	Valor deste Empenho	Saldo Atual		
24.300,00	0,00	9.000,00	15.300,00		
Parcelas Executadas	Total Executado	Total a Executar	Finalizado		
0	0,00	9.000,00	NAO		

PORTO VELHO, 09 de Abril de 2019

RODNEY NASCIMENTO DE QUEIROZ CHAGAS  
GERENTE DE CONTABILIDADE

JOELSO TAVARES DE ANDRADE  
PRESIDENTE